

Título: Governo quer maior acesso às contas dos cidadãos			Ámbito: Nacional	Tiragem: 21282
2006/11/21	DIARIO ECONOMICO - PRINCIPAL	Pág.9	Temática: Gestão/Economia/Negócios	GRP: 1.9
Imagem: 1/1			Periodicidade: Diária	Inv.: 1370.00

Governo quer maior acesso às contas dos cidadãos

EXECUTIVO TEM DUAS CARTAS na manga: reclamações graciosas e comunicação de operações de planeamento fiscal pela banca.

Paula Cravina de Sousa
psousa@economicasgps.com

O Governo pretende alargar as possibilidades de levantamento do sigilo bancário.

Em cima da mesa está a hipótese de verificar as contas bancárias dos contribuintes sempre que estes recorram das decisões da Administração Fiscal através de reclamações graciosas. Em análise está também a possibilidade de obrigar o sector da banca a comunicar operações e transacções de planeamento fiscal.

O Executivo de José Sócrates está a preparar um pacote legislativo "no sentido de obrigar os bancos a comunicar, informar e esclarecer a administração tributária, ainda que com derrogação do sigilo bancário, sobre os esquemas, operações ou transacções adoptados ou propostos para efeitos de planeamento fiscal".

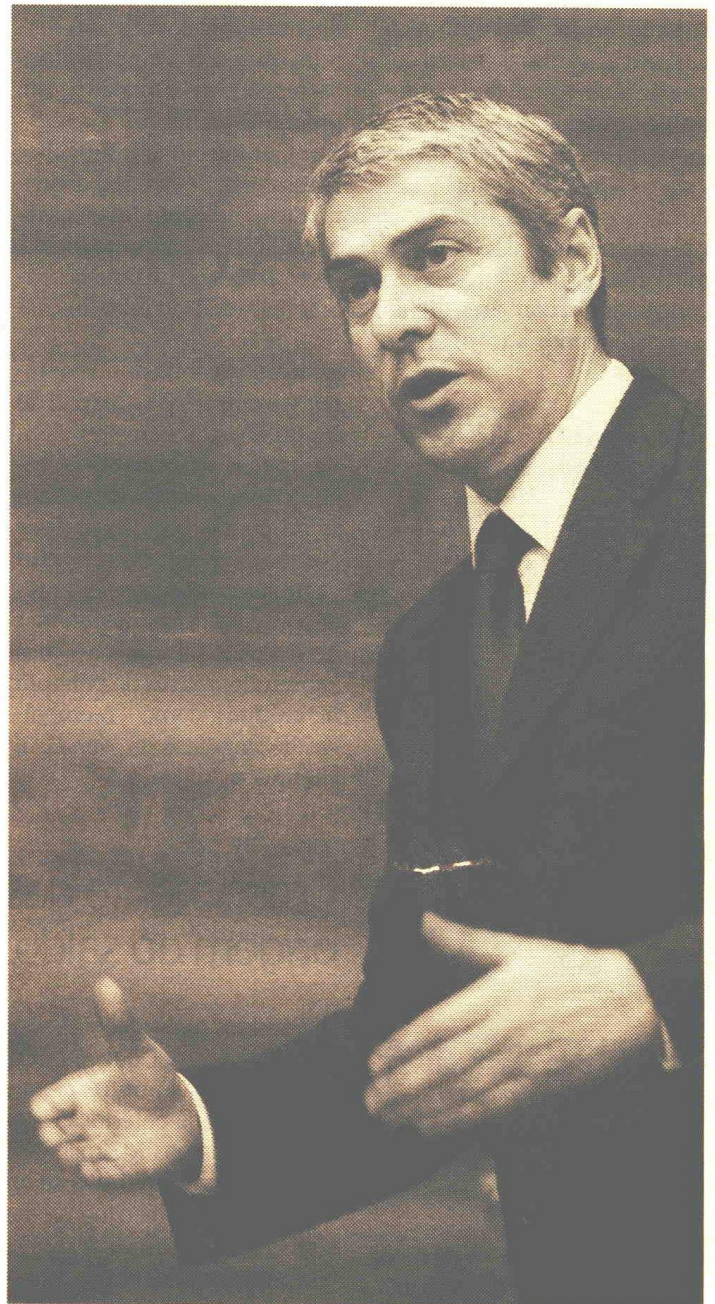
Esta medida tem, no entanto causado polémica. Os fiscalistas consultados pelo DE afirmam que, com esta medida, o Governo pode criar uma nova norma que autorize o levantamento e a consulta das contas bancárias dos clientes sempre que os bancos detectem e reportem às Finanças operações suspeitas e que tenham como objectivo ganhos fiscais.

O fiscalista da PLMJ Rogério Fernandes Ferreira afirma que esta medida "deverá passar por

um novo alargamento dos deveres de cooperação dos contribuintes para com a Administração tributária e, provavelmente, por nova situação de derrogação do sigilo bancário para efeitos fiscais, a par de outras que vão sendo constantemente anunciadas". Por sua vez António Fernandes de Oliveira considera "é contra-natura esperar que sejam os bancos a dizer que participaram em operações potencialmente abusivas. Fazer essa qualificação, que para mais é em si mesma uma fonte de incertezas, é dever da Administração Fiscal".

"É contra-natura esperar que os bancos digam que participaram em operações potencialmente abusivas", diz fiscalista.

Quanto à proposta de levantamento sempre que o contribuinte recorra da decisão do Fisco através de uma reclamação graciosas, os fiscalistas consideram que se trata de uma forma de desincentivo à reclamação, uma vez que a maioria não tem meios para recorrer aos tribunais. ■



José Sócrates quer alargar levantamento do sigilo bancário.